

Auburn Avenue Presbyterian Church, Monroe, Louisiana

Paulo em Diferentes Perspectivas

pelo Bispo de Durham, Dr N. T. Wright

Palestra 1: Pontos Iniciais e Reflexões Introdutórias

3 de Janeiro de 2005

Introdução

Obrigado por sua recepção calorosa e sua hospitalidade generosa. É um enorme prazer para Maggie e para mim estar aqui em Monroe pela primeira vez. Em especial, estou grato àqueles que trabalharam muito duro para aprontar esta conferência e fazer tudo isso acontecer.

Eu quero, nesta sessão introdutória, estabelecer alguns parâmetros para nossa discussão subsequente e, em especial, pôr algumas cartas na mesa de modo firme e claro sobre meus pontos iniciais, meus pontos fixos ao ler Paulo e meus objetivos ao expor sua teologia. Eu estou ciente – e me parece algo irônico – de que minhas próprias visões sobre Paulo têm sido objeto de muito maior interesse e debate na América, e maior dentro de outras igrejas do que dentro da minha própria, do que têm sido na Inglaterra, ou dentro do anglicanismo mundial. Algumas vezes eu me pego pensando, “Por que eu deveria me preocupar se algum ramo do presbiterianismo americano deseja confrontar um outro sobre eu ser uma coisa boa ou ruim?”; como se dois fãs de beisebol desejassem argumentar sobre os méritos pertinentes de um jogador de *cricket*. Uma resposta, imagino eu, é que desde que eu penso que minha própria leitura de Paulo representa um entendimento adequado, historicamente fundamentado e teologicamente acurado, naturalmente espero que outros cristãos, de qualquer tradição, considerem aquilo que eu falo frutífero, e lamento que alguém tenha que se colocar em problemas em sua própria denominação, qualquer que seja, por adotar um ponto de vista que deveria, no mínimo, estar dentro dos limites de qualquer ortodoxia. Suponho, todavia, que pelo menos parte da razão pela qual isso tudo me preocupa é que dentro da minha própria igreja eu me engajei em uma luta vitalícia para trazer Paulo de volta ao topo da agenda e permitir que sua visão de Deus em Cristo, da cruz e da ressurreição e da justificação pela fé se tornem mais uma vez parte da corrente sanguínea de uma igreja que foi fundada sobre isso mas que tem se esforçado ao máximo para o esquecer. Minha igreja surgiu diretamente da Reforma do século XVI, e mesmo onde discordo de algumas das afirmações particulares de alguns Reformadores, eu acredito que tenho permanecido fiel a seus princípios fundamentais. E, de fato, quero começar agora a primeira seção desta palestra com uma citação do primeiro e talvez o maior dentre os reformadores ingleses, aquele de quem mais seguramente aprendi o princípio formal que permeia toda a minha leitura não apenas de Paulo mas de toda a escritura.

1. Nenhuma Sílabas Alterada

Tal princípio fundamental, é claro, é um compromisso total com a própria escritura, acima de todas as tradições humanas, de todas as estruturas criadas pela razão humana, de todas as abstrações do texto real. É claro, eu leio a escritura dentro de várias tradições, eu uso a razão para pensar sobre ela, eu faço minhas próprias abstrações do texto ao percorrê-lo. Não sou um positivista ingênuo, como alguns parecem pensar. Mas em cada ponto, deve-se voltar ao próprio texto, o texto inteiro, e em última análise nada além do texto. Tenho em mente, neste ponto em particular, um dito que me acompanhou por toda a minha vida adulta, uma linha do reformador inglês William Tyndale. O primeiro projeto de pesquisa que assumi como pós-graduando foi uma edição – a primeira desde a década de 1570 – do trabalho do seu amigo e colega John Frith, um jovem erudito alegre e cristão protestante devoto que foi queimado na fogueira dois anos antes de Tyndale, em 1533. Enquanto Frith estava na prisão esperando por seu destino, Tyndale, no exílio na Bélgica, lhe escreveu duas cartas. A preocupação que ambos haviam compartilhado, trabalhando com força total contra todas as impedimentos, foi a de introduzir a Bíblia em inglês na vida comum da igreja e do povo. Muitos estavam desconfiados desta tentativa, preferindo controlar o que as pessoas achavam que a escritura continha ao invés de lhe permitir domínio total e plena força, uma atitude que alguns de vocês aqui conhecem muito bem. Tyndale rejeita tais desconfianças. Em sua primeira carta para Frith, datada provavelmente de janeiro de 1533, ele escreve esta sentença memorável que ficou gravada em minha mente e meu coração muito antes que eu mesmo me tornasse um tradutor da Bíblia. “Chamo Deus a registrar”, ele escreve, “para o dia em que apareceremos diante de nosso Senhor Jesus, que eu nunca alterei uma sílaba da palavra de Deus contra a minha consciência, nem faria isso hoje, ainda que tudo o que há na terra, seja honra, prazer ou riqueza, fossem dados a mim”. Eu penso nesta sentença quando leio e prego a escritura. Eu me lembrei dela enquanto fiquei diante da estátua de Tyndale no Thomas Embankment antes de ir para o No. 10 Downing Street aceitar um cargo senior na Igreja da Inglaterra. Eu tenho me lembrado dela milhares de vezes enquanto eu luto em meu próprio trabalho para expressar em inglês claro e preciso e tão próximo quanto eu consigo do grego de Paulo, de Marcos, de Lucas e dos demais. Tanto quanto consigo avaliar, o princípio de Tyndale é estritamente correto – mesmo que Tyndale não tenha, no nosso julgamento de hoje, se mantido à altura dele. Não é fácil; vez após vez é assunto de difícil julgamento. Mas é julgamento formado não apenas pela erudição, mas também pela consciência. Nem uma sílaba deve ser alterada. É isto o que significa falar de “*Sola Scriptura*” e tornar isso significativo.

É por essa razão que eu começo minhas reflexões com uma única sílaba no coração de Romanos 3. De fato, neste caso, é uma única letra em grego, a letra *e*, eta. Em 3:29-30, Paulo escreve: “*e Ioudaion ho theos monon? ouchi kai ethnon? nai kai ethnon, eiper heis ho theos hos dikaiosai peritomen ek pisteos kai akrobustian dia tes pisteos*”. Aquela única letra introdutória, *e*, é traduzida por uma única sílaba em inglês*, desta vez com duas letras: “*Ou é Deus o Deus dos judeus apenas? Ele não é Deus dos gentios também? Sim, dos gentios também, uma vez que Deus é um e*

* O inglês *or* é traduzido por *ou* no português. (Nota do tradutor)

justificará a circuncisão com base na fé e a incircuncisão através da fé”. Seria interessante estudar as várias traduções e comentários e ver o que diferentes tradições fizeram com aquela letra *e* introdutória, a partícula conectiva “ou”. Lamentavelmente, o próprio Tyndale, seguido pela versão King James, a omite completamente. Vários comentários clássicos a consideram muito enigmática. Paulo vem falando sobre como pecadores são justificados pela fé apenas, independentemente das obras da lei; por que ele, de repente, muda aqui para um tópico aparentemente diferente, o da igualdade diante de Deus de judeus e gentios? Alguns, na verdade, tem explicado essa passagem como se os versículos 29-30 não existissem, como se o parágrafo parasse com o versículo 28. Mas Paulo escreveu *e*; o Espírito Santo inspirou aquela sílaba solitária, aquela letra solitária; e nós iremos ignorá-la?

A resposta, é claro, é que para Paulo há uma conexão íntima entre a justificação gratuita por Deus de pecadores pela morte de Jesus e com base na fé, por um lado, e a criação de Deus, por outro lado, de uma nova família composta por judeus e gentios igualmente. Nós bem que podemos entender que os Reformadores, enfrentando o urgente desafio de um Catolicismo Romano profundamente corrupto, desejassem, corretamente, enfatizar o primeiro ao invés do segundo. Mas ao compartilhar seu princípio fundamental de “*Sola Scriptura*” nós nos comprometemos a salientar o que está lá no texto, sílaba por sílaba, mesmo que eles não o tenham feito. E para Paulo aquela pequena letra *e* é uma indicação crucial e explicativa de para onde seu verdadeiro argumento estava indo. Seu ponto é simplesmente isto: que se Deus justificasse pessoas em uma base qualquer diferente da fé, então ele seria afinal Deus dos judeus apenas, e não dos gentios igualmente. E a menos que estejamos preparados para pensar sobre a razão de tal ponto ser assim e captar o fato de que isto é para onde o parágrafo está indo – em outras palavras, a menos que vejamos que Romanos 3:21-31 como está registrado, sílaba por sílaba, no texto da escritura inspirada, esteja indo em direção a este ponto, o qual é fortemente apoiado por todo o capítulo 4, e que este ponto não é uma questão secundária, uma “implicação extra” de um evangelho que é sobre algo muito diferente – então o princípio formal de toda a teologia inspirada na reforma terá sido sacrificado no altar de nossas próprias tradições.

Vamos tomar um outro exemplo. Em Gálatas 2:16 temos uma outra palavra de uma única sílaba, desta vez com duas letras: o pequeno conectivo *de*, que normalmente significa um suave “mas” ou “contudo”. Reparem no que Paulo escreve, começando um versículo antes: “Nós somos judeus por nascimento, não gentios pecadores; *contudo*, sabemos que uma pessoa não é justificada por obras da Lei, mas pela fidelidade de Jesus, o Messias” (vamos deixar sem resposta, neste momento, esta questão: significar “fé em” ou “fidelidade de” não afeta meu presente ponto). O ponto é aquele “contudo”, aquela única sílaba que como bom herdeiro da Reforma estou determinado a não alterar contra a minha consciência, mesmo que, lamentavelmente, mais uma vez Tyndale e a versão King James a tenham omitido. A própria sentença, sem falar no contexto maior, dá a resposta clara: ser “justificado pelas obras da Lei” implicaria *um status de privilégio para os judeus em relação aos gentios*. O contexto maior explica que isso é, de fato, aquilo sobre o que Paulo está falando: ele não está oferecendo uma teoria de salvação, nem ainda uma *ordo salutis* por si, mas sim uma

afirmação franca e audaciosa em relação ao comportamento de Pedro, Barnabé e dos outros em Antioquia, da razão pela qual judeus cristãos e gentios cristãos, e não menos os gentios cristãos incircuncisos, pertencem à mesma mesa. Gálatas 2:16 é a primeira vez nos escritos de Paulo que ele menciona justificação pela fé, e ele o faz para insistir que todos aqueles que acreditam em Jesus, o Messias, são igualmente membros da família de Deus. A questão que domina a carta inteira deste ponto em diante é: quem são os verdadeiros filhos de Abraão, a família única que Deus lhe prometeu? E a resposta é: todos aqueles que acreditam em Jesus, o Messias, cuja fé é a única marca de pertencimento que conta. Tudo isso segue de tomar seriamente aquela pequena sílaba *de* em 2:16.

Eu poderia ir para outros exemplos, mas o tempo é curto e eu apenas os menciono de passagem: poderíamos tomar o *gar* em Romanos 10:12, por exemplo, ou – para chegar a duas sílabas! – *dio* em Efésios 2:11.

Um terceiro exemplo para tornar o ponto, eu espero, ainda mais claro. Uma outra palavra de uma única sílaba, *gar*, em Romanos 10:12. Como a passagem flui? O versículo 11 declara que se crê na ressurreição de Jesus com o coração “para a justiça” e se confessa o senhorio de Jesus com os lábios “para a salvação” - em oposição, como sabemos do texto imediatamente anterior, a guardar as obras da Lei. O versículo 12 então explica isso (a função de *gar* é sempre a de explicar algo mencionado pouco antes): *ou gar estin diastole Ioudaion te kai Hellenos; ho gar autos kyrios panton*. A explicação da razão pela qual a justiça vem da fé na ressurreição de Jesus e a salvação através da confissão de que Jesus é Senhor é que não há diferença entre judeu e grego, uma vez que o mesmo Senhor é Senhor de todos. Isto, é claro, é exatamente o mesmo ponto que vimos em Romanos 3:29, apenas agora apresentado em relação ao argumento particular dos capítulos 9-11, construindo sobre temas anteriores da carta e os desenvolvendo. Eu não ousa alterar aquele *gar*, aquela explicação da justificação pela fé em termos da reunião de judeus e gentios em uma única família. Ela permanece na escritura que Deus inspirou por seu Espírito e eu estou obrigado a lhe dar completa consideração.

Permitam-me um último exemplo, desta vez uma outra palavra de três letras mas com duas sílabas: *dio*. Ela aparece em Efésios 2:11, e, de fato, Efésios, que eu considero ser de Paulo contrariamente à moda erudita dos últimos cem anos, provê como um todo um estudo excelente sobre como considerar seriamente não apenas as partes de Paulo que sustentam nossas tradições particulares mas também as partes que nos desafiam a ir além. Desta vez, a palavra conecta duas metades do capítulo, 2:1-10 e 2:11-21. A primeira metade provê uma afirmação clássica do fato de que toda a humanidade, judeus e gentios, está escravizada pelo pecado de corpo e mente, e o fato de que é pela misericórdia e pelo amor de Deus que temos nossos pecados perdoados e somos salvos da ira. “Pela graça vocês são salvos, através da fé; e isto não é do seu agir, é dom de Deus; não por causa de obras, para que ninguém se glorie”. Uma afirmação central de um grande tema paulino à altura de qualquer coisa de Romanos e Gálatas. Paulo, então, imediatamente escreve *dio*, “portanto”. “Portanto, lembrem-se que vocês gentios, tendo estado separados da família da aliança do povo de Deus, foram trazidos a pertencimento através da morte sacrificial, pelo sangue, do Messias”.

Eu preciso fazer justiça àquele *dio* se eu quiser permanecer diante de Deus como leitor e intérprete da escritura inspirada; e ao fazer isso eu descubro, lendo até o final do capítulo e início do capítulo 3, que esta união de judeus e gentios não é um subproduto accidental da graça e justificação, não apenas um resultado interessante dentre muitos, mas que reside no núcleo do evangelho de Paulo, por sua própria definição: que os gentios são co-herdeiros, membros do mesmo corpo e compartilhadores da promessa através do Messias Jesus.

Descubro então que meu chamado, meu chamado Reformador, de ser um leitor e intérprete fiel da escritura me impele a considerar seriamente o fato, para o qual muitos escritores nos últimos duzentos anos chamaram a atenção, de que sempre que Paulo fala sobre justificação pela fé ele está falando também sobre a união de judeus e gentios em um único povo de Deus. Eu não inventei isto; está ali nos textos dados por Deus. Eu não extraio desta observação a conclusão que alguns extraíram (penso particularmente em Wrede e Schweitzer), a saber, que a justificação é em si mesma uma mera doutrina secundária, mencionada para propósitos polêmicos particulares mas não no centro do pensamento de Paulo. Ao contrário: desde que a criação, através da pregação do evangelho de Jesus Cristo, desta família única multi-étnica, a família que Deus prometeu a Abraão, a família justificada, declara estar com a razão, declarada ser o povo de Deus, com base na fé apenas, a família cujos pecados foram perdoados através da morte do Messias em seu lugar e em seu favor, a família que consiste nos primeiros frutos da nova criação que começou com a ressurreição corpórea de Jesus – uma vez que a criação desta família era a meta e objetivo de todo o trabalho de Paulo, e uma vez que este trabalho era por sua própria natureza polêmico, devido, por um lado, ao mundo pagão profundamente desconfiado e, por outro, ao mundo judaico profundamente baseado na Lei, era natural e inevitável que o trabalho apostólico de Paulo envolvesse uma exposição polêmica dos resultados do evangelho, e que justificação pela fé, por si mesma uma doutrina polêmica chave, estivesse no centro desta exposição. Aquilo que Deus uniu, uniu não menos através das pequenas sílabas solitárias que servem como os pequenos lemes para o grande navio de sua santa palavra, não vamos separar. E uma vez que estas pequenas palavras unem argumentos inteiros, vamos prestar atenção aos argumentos que Paulo apresenta, e não para três ou quatro versículos retirados de seus contextos reais e dados por Deus. Este é meu primeiro apelo para vocês, um apelo para que o princípio da Reforma de “*Sola Scriptura*” tenha seu lugar novamente acima de todas as nossas tradições humanas.

2. Nenhum Outro Senhor

Minha segunda seção é um apelo para que consideremos seriamente, ao ler Paulo, sua ênfase central em Jesus como o verdadeiro Senhor do mundo. “*Sola Scriptura*” deve levar, e em Paulo obviamente leva, a “*Solus Christus*”. Na Reforma, este *slogan* funcionou não menos como uma advertência contra a inserção na teologia ou na espiritualidade de outros mediadores potenciais entre Deus e seres humanos, em referência aos santos e em especial a Maria. Eu considero isso como uma tarefa ainda importante, e em meu próprio trabalho dentro do último ou dos dois últimos anos, eu devotei algum tempo a reafirmar a visão dos Reformadores dos santos e defendê-la

não apenas em papel, não apenas em um comentário contundente sobre o acordo anglicano-romano sobre Maria, mas também em debates litúrgicos vitais no Sínodo Geral da Igreja da Inglaterra. Eu apresento estas credenciais diante de vocês como um sinal de que ainda considero esta batalha particular da Reforma como urgente e vital.

Mas não é algo que encontramos enfatizado em Paulo. Ele não está preocupado com que alguns de seus convertidos possam começar a dar honra especial a alguns cristãos mortos acima de outros; nem está ciente de Maria e sua suposta “mediação” na tarefa da salvação. Jesus nasceu de uma mulher, ele diz em Gálatas 4:4; essa é sua única menção dela. Mas sua insistência em Jesus como o verdadeiro e único Senhor do mundo é central e vital. Deixem-me explicitar isso em quatro subseções, cada uma delas muito importante dentro de qualquer tentativa de chegar ao coração de Paulo.

Primeiro, quando Paulo usa a palavra “evangelho”, este é o núcleo daquilo a que ele está se referindo: o anúncio de que Jesus, o judeu de Nazaré crucificado, foi ressuscitado dentre os mortos pelo Deus criador e foi exaltado como Senhor do mundo, exigindo lealdade de todos igualmente, judeus e gentios, grandes e pequenos, de César no seu trono até o filho mais pobre do escravo mais humilde no canto mais distante do mundo. Para Paulo, o que ele quer dizer com “evangelho” não é, a despeito do nosso uso atual, a descrição de um modo de salvação; não é uma descrição de como reordenar sua espiritualidade privada; não é uma *ordo salutis*. O “evangelho” não é, em especial, idêntico à doutrina da justificação. O “evangelho” não é em si mesmo a mesma coisa que a revelação da justiça de Deus; tal revelação tem lugar dentro do evangelho, de modo que quando o evangelho é anunciado a justiça de Deus é, de fato, manifestada; mas o “evangelho” em si mesmo se refere à proclamação de que Jesus, o Messias crucificado e ressuscitado, é o verdadeiro e único Senhor do mundo. Reparem em como isso funciona em Romanos, e novamente devemos prestar atenção ao que a escritura diz ao invés do que nossas tradições teriam preferido que o texto dissesse. Paulo descreve seu evangelho em 1:3-4; então, em 1:16-17, ele explica a razão pela qual ele não se envergonha de seu evangelho, porque nele a justiça de Deus se revela. Aqueles dentre nós que cresceram na tradição da Reforma foram ensinados muitas vezes, implícita se não explicitamente, (a) que 1:16-17 é a primeira afirmação da justificação pela fé, que então se torna o tema principal da carta, (b) que a justificação pela fé é o que Paulo quer dizer por “evangelho” e (c) que 1:3-4 é uma afirmação retirada de uma fórmula de credo primitiva colocada naquele ponto por outras razões que não centrais nem ao pensamento de Paulo nem à mensagem da carta. Eu me lembro bem da luta que tive, intelectual e espiritualmente, no meio da década de 1970, quando percebi que cada um desses três pontos tinha de ser desafiado em nome de uma exegese cuidadosa, fiel e acurada daquilo que Paulo de fato escreveu. Meu compromisso contínuo de ler 1:3-4 como a descrição introdutória de Paulo do próprio evangelho, 1:16-17 como uma descrição da revelação da própria justiça de Deus, que por sua vez resulta na justificação pela fé mas é também algo muito maior, e a conseqüente diferenciação entre “evangelho” e “justificação pela fé”, sem diminuir ou desmentir esta última – tal compromisso contínuo tem se justificado, se posso dizer assim, por tantos outros *insights* teológicos e exegéticos derivados diretamente dele que eu nem posso sonhar em voltar atrás. “*Solus Christus*”: o próprio

Messias, não uma verdade sobre mim mesmo, nem mesmo sobre minha salvação, é o centro do evangelho de Paulo.

A segunda coisa a dizer sobre o senhorio universal de Jesus Cristo é aquilo que chamamos hoje de significado *político*. Em várias passagens, quando Paulo diz que Jesus é Senhor, um de seus muitos significados é que César não o é. Eu escrevi sobre isso em outro lugar eu não tenho tempo de desenvolvê-lo ainda mais neste momento, exceto para salientar que para os ouvintes de Paulo a palavra “evangelho” em si mesma, aplicada à mensagem sobre Jesus, teria carregado esta implicação, uma vez que juntamente com seu significado em Isaías 40 e 52, que permanecem como pano de fundo do pensamento do próprio Paulo, a palavra *euangellion* era usada, no primeiro século, como as “boas novas” da ascensão, ou do nascimento, do Imperador. Parte do significado de “*Solus Christus*” para hoje é que recapturemos a insistência de Paulo de que Jesus é o Senhor do mundo; que, como o próprio Jesus disse, toda a autoridade não apenas no céu *mas também na terra* foi dada a ele. As igrejas no mundo ocidental mal começaram a tratar da questão do que isto significa na prática e, quando tentaram, muitas vezes o fizeram desastrosamente. Mas a menos que façamos tal esforço, não perderemos simplesmente um elemento marginal da pregação de Paulo. Seremos desleais ao próprio evangelho, à mensagem do Messias crucificado e o Senhor do mundo.

Terceiro, o evangelho de Paulo sobre Jesus e seu senhorio desafia todos os tipos de *relativismo*. Mais uma vez, não há tempo para desenvolver isso hoje à noite. O relativismo tem sido um credo importante no mundo ocidental desde o século dezoito. Algumas vezes, assumiu-se que é uma parte necessária da própria fé cristã. Ele reboca, é claro, a virtude favorita do Iluminismo, a “tolerância”. Neste ponto, pelo menos, o pós-modernismo simplesmente aumentou a pressão, uma vez que a única virtude permitida em muitas partes do nosso mundo é a virtude de reconhecer que somos todos diferentes. Bem, Paulo vivia em um mundo altamente relativo, não menos em termos de várias religiões. Pluralismo religioso e sincretismo eram a ordem do dia por todo o mundo antigo, com a notável exceção do Judaísmo (e mesmo isto foi contestado de muitas maneiras). E era a verdadeira essência do seu trabalho que ele estabelecesse comunidades de pessoas que fossem leais a Jesus como Messias e Senhor e que, por essa razão, deixassem de participar de outros cultos locais, religiões do estado, cultos de mistério e assim por diante que seus vizinhos continuavam a patrocinar. A unidade desta nova comunidade era, portanto, central e vital, uma vez que a divisão refletiria, vez após vez, diferenças étnicas e culturais dentro do Corpo de Cristo. Aqui é onde a assim chamada nova perspectiva sobre Paulo, em uma de suas últimas manifestações, faz uma contribuição decisiva para o nosso entendimento atual de Paulo. Quando Paulo apela, não para “tolerância”, mas para aquele amor que aceita um companheiro cristão a despeito de barreiras étnicas e culturais, ele não está, como muitos propuseram, enfraquecendo sua exigência *ética* ao permitir que algumas pessoas vejam as coisas de uma forma e outras pessoas de outra. Da mesma forma, quando ele insiste que ninguém é justificado pelas obras da lei, ele não está dizendo que o comportamento cristão não importa. Ele não está apoiando uma tolerância *laissez-faire* em matéria de ética. Suas exposições da aceitação cristã mútua em 1 Coríntios 8 e Romanos 14 são consequência direta da própria justificação pela fé, e

elas não têm nada a ver com um relativismo ou tolerância ao estilo do Iluminismo, mas tudo a ver com dizer que Jesus, e apenas ele, é Senhor – o que, é claro, é a raiz de uma própria ética, a ética mais vigorosa e empolgante que o mundo já conheceu. Assim, sempre que me perguntam sobre o que eu penso das assim chamadas “outras fés”, e sempre o fazem, incluindo programas de rádio e coisas assim, uma das coisas que eu normalmente digo é que Krishna não morreu por mim, que Buda não ressuscitou, que Maomé relegou à impossibilidade aquilo que para mim é o verdadeiro centro da minha vida, que em Jesus Cristo o único Deus verdadeiro se tornou humano e viveu, morreu e ressuscitou para a salvação do mundo e para a minha. É isto o que “*Solus Christus*” deve dizer quando confrontado com relativismo.

Quarto, a insistência de Paulo em “*Solus Christus*” aparece de modo completo, é claro, em sua teologia daquilo que Jesus conseguiu em sua morte e ressurreição. Há, neste ponto, uma estranha teoria por aí segundo a qual todos aqueles de nós que adotaram alguma variante da assim chamada nova perspectiva sobre Paulo são, por definição, fracos ou vagos sobre a teologia da expiação de Paulo. O pensamento parece ser algo assim: todos os escritores da nova perspectiva são basicamente liberais disfarçados (não menos quando eles adotam algumas posturas também adotadas por liberais um século atrás); liberais tendem a ser confusos ou vagos sobre a expiação; alguns escritores da nova perspectiva também são confusos ou vagos sobre a expiação; portanto, todos os escritores da nova perspectiva devem ser confusos ou vagos sobre a expiação. E assim, descobro eu, sou criticado em alguns lugares exatamente nesses termos. Francamente, eu não sei se devo ficar ofendido por isso ou achar engraçado. Eu sou o autor da mais longa exposição em defesa, nos tempos atuais, da visão de que o próprio Jesus fez de Isaiás 53, o maior capítulo sobre expiação do Velho Testamento e a mais clara proposição da pena vicária em toda a Bíblia, central para seu auto-entendimento e vocação, e eu descrevi o significado disto, em grande detalhe, no clímax planejado de meu segundo maior livro. Eu fiz minha erudição do NT em um mundo onde as linhas de batalha estavam muito claramente desenhadas neste tópico: aqueles que queriam evitar a todo custo a pena vicária fizeram seu melhor para argumentar que Jesus não se referiu a Isaiás 53; eu refutei essa tentativa em grande extensão e, acredito eu, com o peso apropriado. E mais, eu expus a verdade da morte de Jesus “em nosso lugar” desde o primeiro sermão que preguei, em Passiontide, em 1972, quando eu falei a uma pequena congregação sobre a fé do bandido à morte que se voltou para Jesus na cruz e o viu como o inocente morrendo a pena do culpado. Eu tenho muitos volumes de sermão impressos e em muitos deles vocês encontrarão sermões sobre a cruz expondo esta visão da expiação. Se vocês olharem em meus comentários bíblicos, sejam acadêmicos ou populares, vocês encontrarão a mesma coisa. Portanto, é bizarro ficar sabendo que, em um livro recente que me critica nesse e em vários outros pontos, que minhas afirmações permanecem “vagas”, só porque eu não ratifico uma maneira especial da Reforma de falar sobre justiça imputada, sobre a qual teremos mais a falar adiante, e só porque, como o próprio Paulo em muitas passagens, salienta o tema do “*Christus Victor*” ao invés da pena vicária, muito embora ao perguntar *como* os poderes do mal foram derrotados, a resposta de Paulo, é claro, é que Deus os condenou. Mais uma vez, eu invoco o princípio de Tyndale: eu estou decidido a ler exatamente o que está lá na escritura; por um lado, sem perder coisa alguma, e, por outro, sem inserir coisas

nos textos que não as trazem.

É por isso que, como exemplo, eu fui muito cuidadoso ao dizer que em Romanos 8:3, onde o conceito de pena é abordado diretamente pelo próprio Paulo, o ponto é que, na cruz, Deus condenou o *pecado* na carne de seu próprio Filho. Ele não diz que Deus condenou o *Filho*, embora, é claro, em termos físicos e históricos, tenha sido o resultado. É por isso que, da mesma forma, ele declara em 2 Coríntios 5:21 que Deus o fez pecado por nós, acrescentando ainda que ele não conheceu pecado. E é por isso que, em especial, eu insisto em prestar atenção ao argumento real de Gálatas 3:10-14, ao invés de tirar conclusões a partir de umas poucas frases ali e fazê-las apoiar uma posição sistemática que não é a que Paulo estava falando naquele momento. Devo salientar, de fato, que não há uma passagem isolada de Paulo que diz tudo, ou mesmo a maior parte, do que ele acredita que aconteceu na cruz. É possível, é claro, apresentar a pena vicária de forma que ela fique vulnerável, ou mesmo a convidar, ao tipo de contra-argumento que a teologia liberal tem feito tradicionalmente, a saber, que ela faz Deus parecer um tirano que deseja matar alguém e que não importa muito quem seja. Eu tenho sido acusado de todo tipo de coisa, nesta linha, pelo lado liberal, mas eu mantenho meu ponto porque Paulo mantém o dele, mesmo que alguns que concordam comigo na formulação coloquem as coisas de maneiras tão estranhas que me deixam embaraçado por estar associado a eles. Mas precisamente porque eu acredito que Deus nos deu, através de Paulo, as cartas que temos, ao invés dos livros de teologia sistemática que deduzimos delas (necessária como obviamente é tal tarefa da teologia), eu tenho insistido e insistirei na compreensão do movimento completo das próprias cartas, dando o peso exato e devido às afirmações e argumentos que estão sendo realmente montados, ao invés de sacá-los para lutar batalhas internas entre escolas de interpretação rivais.

A coisa crucial aqui, acredito eu, é que o “*Solus Christus*” da Reforma causou um estímulo, nem sempre entendido pelos sucessores dos reformadores, para uma compreensão completamente *escatológica* do evangelho. “*Solus Christus*” é uma maneira de dizer que o mundo inteiro teve seu ponto crítico de virada quando Deus condenou o pecado na carne de Jesus, o Messias, e ainda quando Deus começou a nova criação em sua ressurreição, a nova criação que era finalmente possível porque as forças da corrupção, decadência e morte foram derrotadas na Sexta-feira Santa. Isto, incidentalmente, é um tema não freqüentemente notado dentro da teologia da Reforma e em exposições sobre Paulo, mas é um dos seus maiores temas, totalmente integrado, é claro, com tudo mais. Mais sobre isso adiante.

Para mim, portanto, “*Sola Scriptura*” leva diretamente a “*Solus Christus*”, e “*Solus Christus*” resulta em avaliar o significado da própria palavra “evangelho”, na declaração política de que Jesus é Senhor, na rejeição do relativismo antigo e moderno e na centralidade da cruz, onde Deus condenou o pecado de uma vez por todas. Ressalto, mais uma vez, que eu não estou dizendo nada novo aqui, mas apenas juntando temas, especialmente o da cruz, que têm sido minha área de atividade e centro de minhas orações, minhas pregações, meu trabalho pastoral e meu trabalho acadêmico na minha vida adulta. Lamento que polêmicas internas de alguns escritores recentes tenham sugerido o contrário e espero que o registro seja, daqui por diante,

acertado.

3. A Glória de Deus

Passo de “*Sola Scriptura*” e de “*Solus Christus*” para “*Soli Deo Gloria*”, reservando o outro slogan óbvio para depois. Eu quero insistir que o grande assunto, não mencionado, no centro de muito da teologia paulina é o próprio Deus. Terei mais a dizer sobre isto na segunda palestra, quando vou expor a maneira que Paulo usou a clássica crença monoteísta judaica sobre Deus e a repensou à luz de Cristo e do Espírito. Mas ressalto, para nossos propósitos no momento, que as vezes que Paulo, de modo mais completo e elaborado, celebra a glória, glória exclusiva, do único Deus verdadeiro são as vezes em que ele apresenta seu evangelho, não como uma mensagem sobre como indivíduos são salvos do pecado e da morte, embora isso seja obviamente subentendido, mas como a mensagem sobre como Deus uniu judeus e gentios em um único corpo. Eu me refiro principlamente, é claro, ao final de Romanos 11, onde é o estranho plano de Deus, expressando sua bondade e sua severidade para judeus e gentios igualmente, que invoca o PEAN final de louvor. Mas a esta passagem devemos acrescentar, prontamente, Romanos 15:1-13, onde, ao final da exposição teológica principal da carta inteira, Paulo afirma isto como seu grande objetivo: “que vocês juntos, judeus e gentios igualmente, glorifiquem a uma só voz o Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo (15:6)”. A aceitação mútua que é imperativa dentro do corpo de Cristo, a reunião de cristãos, a despeito de limites de raça, classe, gênero e cultura, foi predita no Velho Testamento e, de acordo com Paulo, é agora cumprida quando pessoas de todo o mundo colocam sua esperança na Raiz de Jessé que se levanta para governar as nações. Toda língua confessará que Jesus Cristo é Senhor, ele exclama em exultação em Filipenses 2:11, *para a glória de Deus o Pai*.

Por que Paulo vê Deus sendo glorificado especificamente pela salvação conjunta de pessoas de diferentes raças? Para Paulo, como um teólogo com raízes nos primeiros capítulos de Gênesis, Deus é glorificado quando seres humanos se tornam verdadeiramente eles mesmos através da graça e poder do evangelho. Deus criou os seres humanos para carregarem sua imagem no mundo; e, quando tal imagem é restaurada através da própria Imagem, Jesus Cristo, e através do trabalho do Espírito, o Deus vivo é glorificado ao ser refletido no mundo. É por esta razão que, por uma conexão que não temos como enfatizar demais, o pecado dos humanos, pelo qual eles perderam a glória de Deus (Romanos 1:18-25; 3:23, que resume a passagem anterior), é revertido quando Abraão acredita em Deus, *lhe dá glória*, e confia que ele é capaz de fazer o que havia prometido (4:18-21). Isto é parte da lógica maior de Romanos 1-4 como um todo, razão pela qual devemos ler a seção em sua totalidade para perceber o que Paulo está realmente dizendo. Aqui é onde, como um aspecto da glória de Deus, nós encontramos o tema do plano de salvação abrangente de Deus, o plano salvador para o cosmos todo, dentro do qual o plano salvador para seres humanos é uma parte, embora claramente uma parte vital, não apenas porque nossa própria salvação é corretamente causa de preocupação, mas porque é *através* da salvação de seres humanos no tempo presente que o plano maior é levado adiante – assim como é *através* de Israel que Deus pretendia salvar o restante da raça humana, e agora é *através* de Jesus, o Messias, que este propósito por e para Israel é cumprido. No

centro de tudo isso, repare, está a crença judaica, implícita em centenas de textos do primeiro século, não apenas em Paulo, em que *Deus chamou Abraão para que através de sua família ele pudesse desfazer o pecado de Adão*. É sobre isso que é a aliança, e é por isso que Moisés, corretamente, viu a própria glória de Deus em jogo quando a aliança parecia ter falhado (como no incidente do Bezerro de Ouro). “Se tu permitires que morramos no deserto, os egípcios ouvirão a respeito; e então o que farás por teu grande nome?” A aliança que Deus fez com Abraão, aliança dentro da qual todas as outras alianças subseqüentes (com Moisés, com Davi) se encontram com suas particularidades, é a peça vital faltante do quebra-cabeças através da qual a falsa antítese entre um esquema teológico “jurídico” e um “participacionista” é resolvida em um único todo paulino; e aquela divisão de categorias, jurídica e participacionista, é ela mesma uma das coisas que têm trazido desonra a Deus, ao invés de glória, na teologia e na exegese das últimas gerações. A aliança foi estabelecida para lidar com o mal no mundo; em outras palavras, para trazer glória a Deus, o criador.

É por essa razão que a ação de Deus *na aliança* tem um aspecto *jurídico* central, e não opcional, de duas maneiras. A primeira é que é parte da aliança, parte do plano de salvação de Deus, que ele julgue e condene a idolatria, o pecado e a própria morte; isso é, afinal, vital para Deus, o criador, ser glorificado pela criação e nova criação, ao invés de ser acusado porque a própria criação parece ter sido um erro gigantesco. Isso é, de fato, parte da doutrina judaica e paulina da *tsedaqah elohim*, a *dikaosyne theou*, a justiça de Deus, Deus ser-justo. A segunda é que é parte da aliança, do glorioso plano de Deus de salvação para o mundo, que através do evangelho ele chamasse homens, mulheres e crianças a confessar que Jesus é Senhor e a crer que Deus o ressuscitou dentre os mortos e assim declarar, de modo forense, ou seja, como em uma corte de justiça, que eles estão do lado justo, que seus pecados estão perdoados, que eles são parte de sua família verdadeira, única e mundial e que tal *status* será, em todos os seus aspectos, reafirmado no julgamento final. Abarque a teologia da aliança de Paulo e você chegará ao tema jurídico não apenas jogado mas ressaltado de modo que podemos vê-lo totalmente claro; e, com ele, podemos ver claramente que esta é, de fato, a maneira pela qual Deus, o criador, trará glória a seu próprio nome.

Mas, igualmente, o plano da aliança de Deus tem o que pode ser chamado, não rigidamente, de um aspecto “participacionista”, e isto também é parte da glorificação de Deus, como já mostrei a respeito de Romanos 15. A verdadeira família de Abraão, a “descendência” única que Deus lhe prometeu, é resumida no Messias, cujo papel precisamente *como* Messias é nada menos que delimitar a identidade de todo o povo de Deus de modo que o que é verdade sobre ele é verdade sobre eles e vice-versa. Aqui chegamos a uma das grandes verdades do evangelho, a saber, a vitória de Jesus Cristo é *reconhecida* a todos aqueles que estão “nele”. Essa é a verdade que tem sido exposta dentro da tradição da Reforma de “justiça imputada”, muitas vezes colocada em termos de Jesus Cristo ter cumprido a lei moral e assim acumulado um *status* “justo” que pode ser compartilhado com todo o seu povo. Assim como com outros problemas teológicos, considero isso como dizer algo substancialmente certo de uma maneira substancialmente errada, e o problema com isso é que coisas nos dois lados da equação, e as passagens que são invocadas para apoiá-las, tornam-se distorcidas. A

passagem central é, de fato, Romanos 6, e eu penso que é porque muito da teologia pós-Reforma foi direcionada a não levar seriamente a teologia realista de Paulo sobre o batismo é que se tentou compreender o que Paulo descreve naquele capítulo e em outros por um outro caminho. O Messias morreu para o pecado; nós estamos no Messias através do batismo e da fé; portanto, morremos para o pecado. O Messias ressuscitou e está agora “vivo para Deus”; nós estamos no Messias através do batismo e da fé; portanto, nós ressuscitamos e estamos agora “vivos para Deus”. É isso o que Paulo quer dizer em Gálatas 3, quando ele diz que todos quantos foram batizados no Messias se revestiram do Messias, e que se nós pertencemos ao Messias nós somos descendência de Abraão, herdeiros de acordo com a promessa. Há, de fato, um *status* que é *reconhecido* a todo o povo de Deus, todos aqueles em Cristo; e esse *status* é o de *dikaiosune*, “justiça”, “participação na aliança”; e essa participação na aliança, para *ser* participação na aliança, deve ser uma participação na aliança na qual os participantes morreram e ressuscitaram, porque sem isso eles ainda estariam em seus pecados. “Eu, pela lei, morri para a lei, a fim de viver para Deus; fui crucificado com o Messias; no entanto, eu vivo; e a vida que vivo agora na carne eu vivo pela fé do Filho de Deus que me amou e se entregou por mim”. Se é isso o que você está querendo dizer pela frase “justiça imputada”, então eu não apenas não tenho conflito com sua substância como insisto nisso como parte central e vital da teologia de Paulo. Faço objeção sim a chamar essa verdade por um nome que, dentro do mundo de pensamento onde é moeda corrente, está fadado a ser ouvido como se Jesus tivesse adquirido para si mesmo alguma coisa chamada “justiça”, e que ele então reconhece isso ser verdade sobre seu povo (como na frase “os méritos de Cristo”), sendo que em minha leitura de Paulo, a “justiça” de Jesus é aquilo que resulta de sua *vindicação* como Messias na ressurreição; e, especialmente, o que Paulo quer dizer quando ele fala da “justiça de Deus” não é que tal frase denote o *status* de justo que o povo de Deus tem em virtude da justificação, mas, de fato, a frase, sempre e em todo lugar desde Salmos e Isaías e adiante, se refere à *própria* justiça *de* Deus como o criador e Deus da aliança; e, por baixo de tudo isso, faço objeção à leitura equivocada resultante disso de vários textos paulinos e à marginalização conseqüente de temas que têm maior importância para Paulo mas que essa teologia consegue ignorar. O engano, como o vejo, vem da combinação do próprio sentido da Reforma de alguma coisa ter sido cumprida em Cristo Jesus, a qual é então reconhecida a nós, aliado à ênfase exagerada na categoria de *iustitia* como o tero que abarca tudo, à sua conseqüente ênfase subestimada na teologia de Paulo freqüentemente repetida de nossa *participação* na morte e ressurreição do Messias e à sua falha de localizar a soteriologia de Paulo no mapa maior do plano de Deus para a criação inteira. Uma ênfase apropriada na “justiça de Deus” como a *própria* justiça *de* Deus deveria arrumar tudo isso.

Isso, de fato, está no centro da teologia de Paulo da glória de Deus, embora, por causa da leitura equivocada da *dikaiosune theou* de Martinho Lutero em diante, tenha sido mal entendido. Paulo insiste, em Romanos principalmente, que o criador do mundo, que estabeleceu sua aliança com Abraão e agora cumpriu aquela aliança em Cristo, é *justo*, que *demonstrou* isso decisivamente na morte e ressurreição de Jesus e que *demonstrará* isso de modo final ao dar a vida da ressurreição a seu povo e assim resgatar o cosmos inteiro de sua escravidão à decadência para compartilhar a

liberdade da glória deles. “Nós nos regozijamos na esperança da glória de Deus”, ele diz em Romanos 5:5, e lá pelo final do capítulo 8, nós sabemos o que ele quer dizer. *Soli Deo Gloria* é o grito que vem à tona após uma exposição de Paulo totalmente relacionada à criação e totalmente relacionada à aliança.

Nós voltaremos a esse tópico, sem dúvida, mais de uma vez nos próximos dias. Tudo o que quero propor no momento é que a visão de Paulo do plano de Deus na aliança, com foco em Jesus como o Messias em quem o povo de Deus é resumido e através de quem, em sua unidade, esse povo dá glória e louvor ao Deus criador que fez a raça humana inteira de um sangue – que tal visão da aliança, e da glória de Deus revelada através dela, sustenta a teologia jurídica e a participacionista juntas e que algumas coisas com as quais a teologia pós-Reforma lidou por uma única delas podem ser mais bem vistas como pertencentes também à outra.

Eu concluo essa seção sobre a glória única de Deus com a outra passagem paulina óbvia, 1 Coríntios 15:20-28. Lá, como em Romanos 8, Paulo permite que o argumento se eleve mais e mais, com Jesus já reinando como Messias e Senhor até que ele ponha todos os seus inimigos debaixo de seus pés, em cumprimento ao Salmo 8 e ao Salmo 110; e então, estando a tarefa completa, e a própria morte destruída, ele entrega o reino ao Pai, tornando-se ele mesmo sujeito ao Pai, de modo que Deus seja tudo em todos. Isso é, obviamente, muito próximo de Filipenses 2:11 e mostra uma vez mais que para Paulo o fato de ser a glória exclusivamente de Deus está intimamente ligado à cura e restauração da criação e, dentro disso, com o resgate dos seres humanos do pecado e da morte de modo que eles possam ser restaurados como portadores da imagem de Deus.

Eu reconheço que nessa seção dessa palestra eu não segui o caminho que muitos teólogos da Reforma seguiram no tópico da *Soli Deo Gloria*. Eu não escolhi entre a glória de Deus em oposição à glória humana, embora isso esteja, é claro, implícito no modo como os Reformadores o afirmaram. Eu tentei ver o que o próprio Paulo quer dizer por glória de Deus e argumentei que ele vê essa glória revelada nos eventos do evangelho através dos quais a aliança se cumpriu e a criação foi redimida e que, como um dos grandes expositores de Paulo da Patrística, a glória de Deus é então vista na vida de um ser humano que foi sepultado e trazido com Cristo para nova vida. Mas tudo isso me impele, sem demora, à minha quarta seção.

4. Solo Spiritu

Minha quarta seção tem algo de um *jeu d'esprit* em dois sentidos: primeiro, por ser uma inovação na lista da Reforma de “somentes” e, segundo, por ser sobre o Espírito, o Espírito Santo de Deus. Quero chamar a atenção, como um modo de tratar preliminarmente de questões de *ordo salutis* que sem dúvida nos ocuparão mais tarde, para o fato de Paulo ser muito claro sobre como a fé humana, fé em Jesus como o Senhor ressuscitado, aparece: ela aparece pelo trabalho do Espírito Santo através do anúncio do evangelho. Isso, é claro, é outro modo de dizer a mais familiar *Sola Gratia*, mas eu quero seguir este caminho para salientar um ponto em especial que Paulo acredita de fato acontecer quando as pessoas vêm à fé.

Primeiro, ele diz em 1 Coríntios 12 que ninguém pode dizer “Jesus é Senhor” senão pelo Espírito Santo. Isso é crucial porque “Jesus é Senhor” é, é claro, a confissão batismal, que Paulo em outros lugares salienta como a confissão que indica que quem a confessa é salvo (Romanos 10:11) e também como a confissão que um dia será feita por toda criatura no céu, na terra e debaixo da terra (Filipenses 2:11). (Presumivelmente, naquele dia aqueles que se recusaram a fazer tal confissão durante a vida presente não precisarão da assistência do Espírito, uma vez que naquele ponto não será uma questão de fé, mas de vista) O ponto para o momento é que Paulo não acredita, como alguns dentro de algumas tradições protestantes o fazem, que seres humanos alcancem a fé por seus próprios esforços e que somente então Deus lhes dá o Espírito.

Segundo, Paulo relaciona isso com sua crença no poder da palavra, um tema que não ocorre frequentemente, mas quando aparece é extremamente importante. Em 1 Tessalonicenses 1 e 2, ele fala da palavra que esteve trabalhando, como sinal de que Deus os tinha escolhido, palavras que não se constituem meramente de palavras humanas mas da poderosa palavra divina. (Mais uma vez Isaías 40 e 55 estão no pano de fundo, significativamente passagens que também são sobre o “evangelho” e aqueles que o proclamam.) A visão de Paulo parece ser a de que quando o evangelista anuncia a “palavra”, Deus o Espírito trabalha através daquela proclamação para trazer pessoas à fé. Paulo tem um termo técnico muito preciso que ele usa para denotar esse momento, e este termo, é claro, não é “justificação”, mas “chamado”. “Aqueles a quem ele chamou, a eles também justificou”.

Em especial, então, é através do próprio evangelho que o Espírito trabalha; isto é, como eu disse antes, evangelho não como a verdade da justificação pela fé mas como o anúncio de que Jesus, crucificado e ressuscitado, é Senhor – essa, sem dúvida, é a razão pela qual a confissão de tal Senhorio é vista por Paulo como o primeiro sinal do trabalho poderoso do Espírito dentro do coração e da vida humana. Não devemos subestimar o que acontecia através desse trabalho. Não é como se o evangelho fosse simplesmente o anúncio de um fato estranho que as pessoas não sabiam antes – como, digamos, a informação de que o mundo tem seis bilhões de trilhões de toneladas em peso, ou que o espaço é curvo, ou que elefantes enterram seus mortos ou qualquer uma das centenas de outras coisas estranhas que não muitas pessoas sabem mas sobre as quais pode-se ser convencido por novas informações e/ou por um bom argumento. O evangelho não era assim. Era o anúncio, dentro do mundo onde César reinava supremo, de que um jovem profeta judeu, que tinha sido crucificado pelas autoridades romanas, havia ressuscitado dentre os mortos, algo que todos os pagãos sabiam que era impossível e absurdo e que todos os judeus sabiam que ia acontecer apenas no fim e a todas as pessoas, não a alguém em adiantamento; e que este Jesus crucificado e ressuscitado era o verdadeiro Senhor do mundo. Isso não faz sentido nos termos das cosmovisões antigas e modernas, o que, é claro, levou muitos, vez por outra, a tentar transformá-lo em algo mais crível. Aqueles dentre nós que acreditaram no evangelho desde as primeiras memórias não deveriam esquecer quão grande privilégio é esse. E aqueles que pregam o evangelho não deveriam nunca se esquecer de que para ser eficaz, ele deve ser dirigido e acompanhado pelo poderoso trabalho do Espírito Santo.

Mas se é através do Espírito Santo que as pessoas vêm à fé pela pregação da palavra do evangelho, também é claro que é através do Espírito Santo que eles avançam daquele fé inicial até o ponto onde, no dia do Messias, eles verão o trabalho completo. Paulo coloca isso graficamente em Filipenses 1 quando ele diz que “aquele que começou um bom trabalho em vocês o trará à completude no dia de Cristo”. A exposição de Paulo sobre isso, em várias passagens, leva diretamente a uma afirmação que ele faz repetidas vezes mas que é rotineiramente ignorada quando o pano de fundo escatológico de sua doutrina da justificação é esquecido: que, no último dia, o julgamento de uma pessoa será feito com evidência na vida completa da mesma. De volta, mais uma vez, à *Sola Scriptura*: não se pode evitar essa conclusão a menos que se esteja preparado para rasgar não apenas Romanos 2, uma vez que a tradição da Reforma desenvolveu várias técnicas interessantes para evitá-lo, mas também Romanos 14 e 2 Coríntios 5, para não mencionar diversas passagens em Filipenses 1 e 1 Tessalonicenses. E o que dizer de Romanos 8? “Se vocês viverem de acordo com a carne, vocês morrerão, mas se *pelo Espírito* vocês mortificarem os feitos do corpo, viverão”; e isso, bem no coração do seu grande argumento da certeza, que aqueles a quem Deus justificou ele também glorificou, o argumento que parte do início de Romanos 5 e vai até o final de Romanos 8. Não devemos ficar espantados com isso, nem fingir que Paulo não quis de fato dizer isso; se o Espírito estabeleceu morada no coração e na vida de alguém, trazendo fé no Senhor ressuscitado, então tal pessoa começou uma jornada que terminará, no dia do julgamento, nas palavras “muito bem”, porque como o próprio Paulo diz (embora muitos dos seus intérpretes se envergonhem disso) aqueles que estão na carne não podem agradar a Deus, mas aqueles que estão no Espírito, cujas mentes foram renovadas de modo que podem discernir a vontade de Deus, realmente agem por maneiras que o agradam. A tentativa de traduzir justificação pela fé dizendo que a vida que agora vivemos será irrelevante no julgamento final é não-paulina, não-pastoral e, em última instância, desonra o próprio Deus. Era Paulo, afinal, que respondia sua própria questão sobre qual seria sua esperança e alegria e coroa para se gloriar na manifestação do Senhor Jesus com a resposta, não os “méritos e morte de Cristo”, mas sim as igrejas que ele havia fundado e mantido. “São vocês!”, ele afirma. “Vocês são nossa glória e nossa alegria!” (1 Tessalonicenses 2:19ss)

O que diremos então sobre “*Sola Fide*”, sobre a qual todos esses outros “somentes” circundaram?

5. *Sola Fide*

Eu tenho pouco tempo e vou dizer isto tão brevemente quanto posso. O que é, afinal, “justificação pela fé”?

A resposta de Paulo é que é *a antecipação, no tempo presente, do veredicto que será anunciado no último dia*. Aqueles que acreditam no evangelho; isto é, aqueles em cujos corações e vidas o Espírito trabalhou pela palavra para produzir a fé de que Jesus é Senhor e a crença de que Deus o ressuscitou dentre os mortos – a essas pessoas está assegurado, assim que acreditam, que são *dikaioi*, que estão do lado

justo. Elas são *declaradas justas*; o verbo *dikaioo* tem força declarativa, o sentido de algo ser dito que cria uma nova situação, como quando um ministro diz “eu os declaro marido e mulher” ou quando um juiz diz “eu declaro que o réu não é culpado”. Elas são, então, por causa da declaração de Deus, “justas” no sentido *relativo à aliança* de que são membros da família única que Deus prometeu a Abraão, no sentido *forense* de que a corte divina de justiça já anunciou o veredicto no caso deles e no sentido *escatológico* de que este veredicto apropriadamente antecipa aquele que será dado, em confirmação, no último dia. “Portanto, agora, não há condenação para aqueles que estão no Messias Jesus; porque a lei do Espírito da vida em Cristo Jesus os libertou da lei do pecado e da morte”. É necessário todo o resto de Romanos 8 para explicar isso, é claro, mas não precisamos duvidar de que Paulo liga do modo mais íntimo possível o veredicto *final* “não condenado” com o trabalho presente do Espírito e baseia tal trabalho na morte de Jesus através da qual o pecado foi condenado e o veredicto “justo”, que já estava declarado assim que o evangelho tinha produzido fé. É completamente falso dizer, como alguns o fizeram, que ao enfatizar a vida dirigida pelo Espírito como a que leva ao veredicto final, eu estou (ou Paulo está!), de alguma forma, insinuando que a justificação presente é, afinal, algo que eu mesmo faço em oposição a algo que Deus faz. A palavra do evangelho e o trabalho do Espírito que a põe em prática são pela graça, produzindo em mim aquele primeiro fruto da fé que é simplesmente o inspirar o amor de Deus derramado na cruz e expirar o resultado, a confissão de que Jesus é Senhor e a crença de que Deus o ressuscitou dentre os mortos.

Isso significa, afinal, algum tipo de semi-Pelagianismo no qual Deus primeiro infunde “justiça” em mim e então declara que ele gosta do que vê? Abandonamos o *extra nos* do evangelho? De forma alguma. Isso é simplesmente retomar aquilo que eu disse e filtrá-lo através dos velhos mal-entendidos da palavra “justiça” que eu tentei cuidadosamente evitar. O ponto total do evangelho, e de minha resposta inicial a ele, é que o evangelho não é sobre mim, mas sobre Jesus e sua morte e ressurreição únicas. Esse é o *extra nos*, que é ameaçado, de fato, não ao dizer que o Espírito traz fé mas ao fazer a palavra “evangelho” denotar a própria justificação ao invés da proclamação sobre Jesus. (Nós não somos justificados pela fé por acreditar na justificação pela fé, mas por crer em Jesus; sendo assim, quando eu acredito em justificação pela fé, o que eu alcanço não é a própria justificação, mas certeza; e segue que aqueles que acreditam em Jesus mas não acreditam na justificação pela fé são, ainda assim, justificados pela fé sem o saber.) É precisamente esse ponto que um teologia Reformada robusta deveria celebrar, uma vez que cabe perfeitamente dentro de uma *ordo salutis* na qual, diferentemente de alguns outros esquemas de pensamento, a palavra “justificação” denota não o processo pelo qual o evangelho trabalha no coração de alguém (para isso, Paulo, como vimos, reserva a palavra “chamado”) mas o veredicto que é declarado *assim que o chamado acontece*. “Aqueles que chamou, a eles também justificou”.

Justificação pela fé, o veredicto declarado no presente sobre a fé no evangelho e que antecipa o veredicto a ser declarado no futuro sobre a vida inteira, produz assim uma certeza de pertencimento, agora e no futuro, à família única prometida a Abraão, que, como já salientei, é a família cujos pecados foram perdoados, uma vez que o

propósito da aliança, em primeiro lugar, sempre foi o de lidar com o pecado. Justificação no presente diz a todo crente que ele ou ela é um filho de Deus amado e perdoado, fato que deve ser posto em prática em termos de completa participação no povo de Deus, com todo o direito de participar das refeições à mesa da família. Justificação pela fé no presente é portanto igualmente sobre (a) o suspiro de alívio por não precisar “adquirir” meu *status* no povo de Deus, apenas recebê-lo e (b) sobre a definição da comunidade cristã em termos da fé, nada mais nada menos. E isso nos traz de volta ao ponto onde começamos: porque, como a comunidade da aliança foi prometida a Abraão e sua família, e uma vez que o povo judeu havia sido o guardião dessa promessa por dois milênios, nada mais natural, mas nada teria sido mais fatal para os propósitos últimos de Deus, que os responsáveis pela promessa tentarem confiná-la à família de Abraão segundo a carne. A eles havia sido confiada a promessa, mas eles se mostraram não confiáveis, e não trouxeram à luz a glorificação mundial do Deus de Israel que era pretendida. (É isso o que é afirmado em Romanos 3:1-8, e seria bom ver o que os supostos defensores da ortodoxia da Reforma oferecem como exegese dessa passagem.) Mas agora o Messias foi fiel, como o israelita representante, de modo que a própria fidelidade de Deus seria revelada em ação em sua “obediência até a morte, e morte de cruz”. E uma vez que o propósito da aliança de lidar com o pecado e iniciar a nova criação foi assim espetacularmente cumprido em seu trabalho, a justificação no presente deve ser pela fé apenas, não pelas obras da Lei judaica, em parte porque todos os seres humanos carecem da glória de Deus e em parte porque se fosse pela Lei, apenas os judeus seriam qualificados. E nós sabemos, porque Paulo insiste nisso, com aquela pequena palavra de uma única sílaba, de uma única letra, da qual falamos uma hora atrás, que Deus não é o Deus dos judeus apenas, mas também dos gentios, uma vez que Deus é um.

Conclusão

Eu fiz duas coisas nesta palestra que muitos considerariam incompatíveis. Eu expus os princípios básicos da Reforma protestante: *Sola Scriptura*, *Solus Christus*, *Soli Deo Gloria* e *Sola Fide*, com um princípio extra, por mim mesmo, *Solo Spiritu*. Eu o fiz pelo princípio formal enunciado em primeiro lugar, tomando a escritura com absoluta seriedade e procurando testar todos os esquemas humanos à sua luz. Mas eu também expus minha própria versão da assim chamada Nova Perspectiva sobre Paulo, na qual eu tenho sido igualmente crítico, sem dar os nomes, de Ed Sanders e muitos de seus seguidores, por um lado, e, por outro lado, de meus críticos como Guy Waters e muitos de seus leitores. Minha esperança e oração para esta conferência é que nós sejamos agora capazes de levar adiante esta conversação não apenas de modo a poder ouvir, entender e apreciar melhor um ao outro, mas também que possamos sinalizar que a partir de onde estamos há caminhos adiante, não apenas para trás, no estudo de Paulo e, ainda mais especialmente, na vivência, no ensino e acima de tudo na proclamação do evangelho pelo qual ele definia a si mesmo. A fé Reformada que tenho mantido desde minha juventude é melhorada, não diminuída, pela exploração renovada da escritura. Minha oração é que nós juntos nesta semana possamos conhecer a verdade, (eu ousar dizer) a verdade *ecumênica*, que Paulo ansiava que judeus e gentios viessem a incorporar, que nós possamos, como uma voz, a partir de nossas diferentes tradições, glorificar ao Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo.